



Estratégia
CONCURSOS

Direito Ambiental OAB

Prof. Rosenval Júnior



Semana Especial OAB

17 de novembro de 2017

Revisão de Direito Ambiental para o Exame de Ordem

Prof. Rosenval Júnior

Facebook -> Opção SEGUIR no perfil pessoal e CURTIR na Fanpage.

Instagram @profrosenval

Youtube Rosenval Júnior





1 - Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988

- ✓ **Bens ambientais e Repartição de Competências;**
- ✓ **Art. 225, da CF/88 (Do Meio Ambiente);**
- ✓ **Artigo 231, da CF/88 (Dos Índios);**
- ✓ **Função social da propriedade rural e urbana.**





2 - Licenciamento Ambiental (Lei 6.938/81; LC 140/11; Resoluções do CONAMA 1/86 e 237/97)

- ✓ **Conceitos de licença e licenciamento;**
- ✓ **Tipos de licenças (LP, LI, LO);**
- ✓ **Prazos de validade de cada licença e de renovação;**
- ✓ **Possibilidades de modificação, suspensão e cancelamento da licença;**
- ✓ **EIA/RIMA;**
- ✓ **Audiência pública;**
- ✓ **Compensação ambiental;**
- ✓ **EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) x EIA/RIMA;**
- ✓ **Regras para o licenciamento ambiental + Repartição de competências.**



3 - Lei 9.985/00: SNUC – Unidades de Conservação

**Conceitos;
Grupos e categorias de UCs;
Criação, ampliação, alteração, extinção e desafetação;
Jurisprudência do STF sobre a compensação ambiental.**

4 - Lei 12.651/12: Novo Código Florestal

**Áreas de Preservação Permanente (APPs);
Reserva Legal;
Obrigação *Propter Rem*.**

5 - Responsabilidade Ambiental (Administrativa, civil e penal)

**Lei 9.605/98 (Crimes ambientais e Infrações Administrativas);
Dec. 6.514/08 (Infrações Administrativas);
Lei 6.938/81 (Responsabilidade Civil Objetiva).**



Competências em Matéria Ambiental



Prof. Rosenval Júnior



Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art. 21, da CF/88)

- ✓ Explorar os **serviços e instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer **monopólio estatal** sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados.



Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art.21, da CF/88)

- Toda **atividade nuclear** em território nacional **somente** será admitida para fins **pacíficos** e mediante **aprovação do Congresso Nacional**;(…)
- a **responsabilidade civil** por danos nucleares **independe** da **existência de culpa**.



Competência Administrativa EXCLUSIVA da União – (Art.21, da CF/88)

As **usinas** que operem com **reator nuclear** deverão ter sua **localização** definida em **LEI FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas. (Art. 225, § 6º, CF/88)

Atenção! É competência da **UNIÃO** licenciar atividades que utilizem **material radioativo ou energia nuclear** (Art. 7º, da LC 140/11).



Competência **Legislativa PRIVATIVA** da **União** (Art. 22, da CF/88.)

- ✓ **Águas, Energia;**
- ✓ **Jazidas, Minas, outros Recursos Minerais;**
- ✓ **Populações Indígenas;**
- ✓ **Atividades Nucleares.**



Competência **ADMINISTRATIVA COMUM** entre **TODOS** os entes da **federação (U, DF, E e M)** – (Art. 23, da CF/88)

- ✓ Proteger o Meio Ambiente;
- ✓ Combater a Poluição;
- ✓ Preservar as Florestas, a Fauna e a Flora.

Parágrafo único. Leis [complementares](#) fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.



Competência **LEGISLATIVA CONCORRENTE (U, E, DF)** (Art. 24, da CF/88)

- ✓ Florestas;
- ✓ Caça, Pesca, Fauna;
- ✓ Conservação da natureza;
- ✓ Defesa do Solo e dos Recursos Naturais;
- ✓ Proteção do Meio Ambiente;
- ✓ Controle da Poluição;
- ✓ Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico, Turístico e Paisagístico;
- ✓ Responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Atenção!!! Artigo 24 -> apenas U, E, DF!!! Os Municípios estão no art. 30.



Como foi cobrado no Exame???

1 - (FGV – Exame de Ordem - OAB - Set/2010)

Legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição é de competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com fundamento no artigo 24 da Constituição Federal.

Errado. Concorrente apenas U, E, DF.



2) (FGV – XVII EXAME DE ORDEM – OAB)

União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência material ambiental comum, devendo leis complementares fixar normas de cooperação entre os Entes.

Certo.



3) (FGV – EXAME DE ORDEM – OAB - 2010)

Deverá ser editada lei ordinária com as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o exercício da competência comum de defesa do meio ambiente.

Errado. Lei complementar.



4) (FGV – XVII EXAME DE ORDEM - OAB)

O Município não tem competência material em direito ambiental, por falta de previsão constitucional, podendo, porém, praticar atos por delegação da União ou do Estado.

Errado. Tem competência material em direito ambiental.



5) (FGV – EXAME DE ORDEM – OAB - 2010)

A competência executiva em matéria ambiental não alcança a aplicação de sanções administrativas por infração à legislação de meio ambiente.

Errado. É exercício do Poder de polícia. Todos podem fiscalizar.



Artigo 225, da CF/88.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



Artigo 225, da CF/88

Espaços Protegidos: Unidades de Conservação; Áreas de Preservação Permanente (APP); Reserva Legal; Terras Indígenas...

...incumbe ao Poder Público: III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração e a supressão** permitidas **somente através de LEI, vedada** qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1º tópico teórico (Art. 2º, da Lei 9.985/00):

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com **características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.**

Zona de amortecimento: o **entorno** de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de **minimizar os impactos negativos** sobre a unidade.

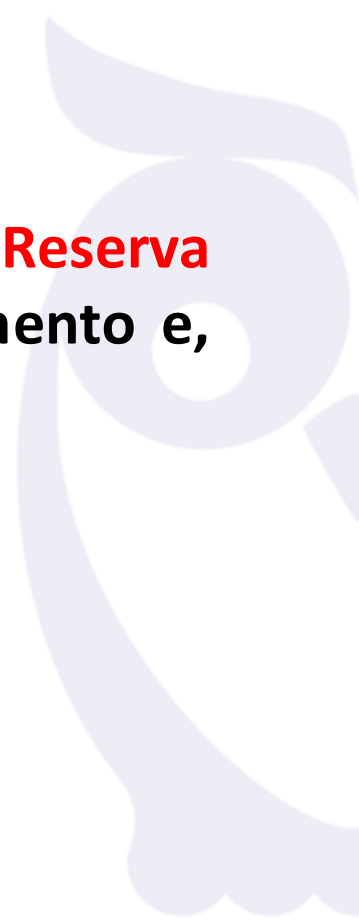
Corredores ecológicos: porções de ecossistemas **naturais ou seminaturais, ligando unidades** de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

2º Tópico teórico (Art. 25, da Lei 9.985/00):

As unidades de conservação, **exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural**, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos





O Grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias:

- I - Estação Ecológica;**
- II - Reserva Biológica;**
- III - Parque Nacional;**
- IV - Monumento Natural;**
- V - Refúgio de Vida Silvestre.**

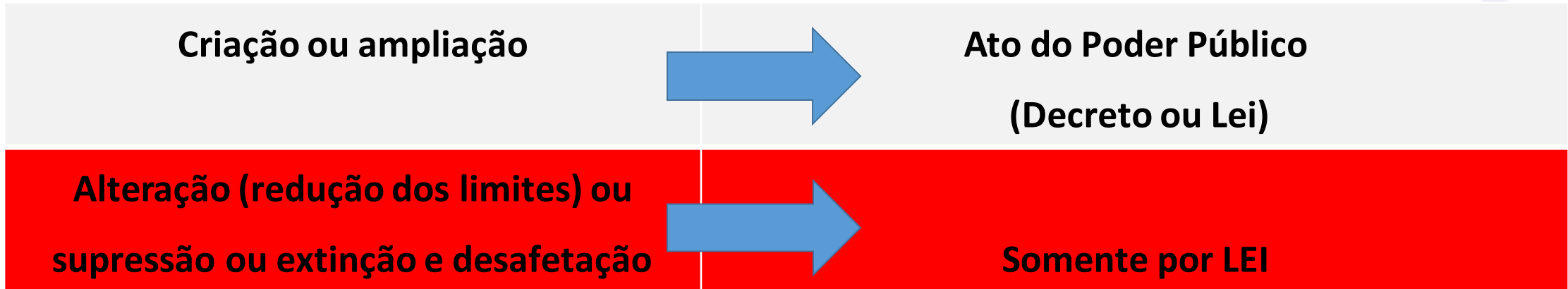
O Grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto pelas seguintes categorias:

- I - Área de Proteção Ambiental;**
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;**
- III - Floresta Nacional;**
- IV - Reserva Extrativista;**
- V - Reserva de Fauna;**
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e**
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.**





3º Tópico teórico: criação das unidades de conservação



A **CRIAÇÃO** é precedida de **ESTUDOS TÉCNICOS** e de **CONSULTA PÚBLICA** que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. É dispensável [**NÃO** é obrigatória] a consulta para a criação de Estações Ecológicas e Reservas Biológicas.



6 - (FGV – III EXAME DE ORDEM - OAB)

A Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, previu que as unidades de conservação devem dispor de uma zona de amortecimento definida no plano de manejo.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (a) os Parques, como unidades de conservação de uso sustentável, não têm zona de amortecimento.**
- (b) as Áreas de Proteção Ambiental – APAs não precisam demarcar sua zona de amortecimento.**
- (c) tanto as unidades de conservação de proteção integral como as de uso sustentável devem elaborar plano de manejo, delimitando suas zonas de amortecimento.**
- (d) as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN são obrigadas a elaborar plano de manejo delimitando suas zonas de amortecimento, por conta própria e orientação técnica particular.**

Letra B.



7 - (FGV – VI EXAME DE ORDEM - OAB)

Com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa correta.

- (a) as unidades de conservação do grupo de proteção integral são incompatíveis com as atividades humanas; logo, não se admite seu uso econômico direto ou indireto, não podendo o poder público cobrar ingressos para a sua visita.**
- (b) a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade. O poder público está dispensado de promover consulta pública e estudos técnicos novos, bastando a reanálise dos documentos que fundamentaram a criação da unidade de conservação.**



(c) o Parque Nacional é uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, de posse e domínios públicos. É destinado à preservação ambiental e ao lazer e à educação ambiental da população; logo, não se admite seu uso econômico direto ou indireto, não podendo o poder público cobrar ingressos para a sua visita.

(d) as unidades de conservação do grupo de uso sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de proteção integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que respeitados os procedimentos de consulta pública e estudos técnicos.

Letra D.



8 - (FGV- XVII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – OAB)

Determinado município, por intermédio de lei que contemplou questões como potencial construtivo, zoneamento de bairros e complexos esportivos, reduziu os limites de uma determinada unidade de conservação.

Considerando o caso hipotético em tela, assinale a opção que se harmoniza com a legislação ambiental.

- a) a lei municipal em questão será considerada válida e eficaz, pois a redução dos limites de uma unidade de conservação pode ser feita até mesmo por decreto.**
- b) a redução de limites, assim como a desafetação de uma unidade de conservação, não demanda lei específica, exigindo apenas a necessária e prévia aprovação de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA-RIMA).**



c) A redução operada pela lei, para produzir efeitos, dependerá da aprovação do Conselho Gestor da Unidade de Conservação impactada, garantindo-se a participação pública direta no referido procedimento de deliberação e aprovação.

d) A redução dos limites da Unidade de Conservação, conquanto possa evidenciar os efeitos concretos da lei, somente pode ser feita mediante lei específica, regra esta que também se aplica à desafetação.

Letra D.



9 - (FGV- VII EXAME DE ORDEM UNIFICADO – OAB)

O Prefeito do Município de Belas Veredas, após estudos técnicos e realização de audiência pública, decide pela criação de um parque, em uma área onde podem ser encontrados exemplares exuberantes de Mata Atlântica. Assim, edita decreto que fixa os limites do novo parque municipal. Passados dois anos, recebe pedidos para que o parque seja reavaliado e transformado em uma Área de Relevante Interesse Ecológico, com uma pequena redução de seus limites. Tendo em vista a situação descrita, assinale a alternativa correta.

A) Em razão do princípio da simetria das formas no direito ambiental, a Unidade de Conservação criada por ato do Poder Executivo poderá ser reavaliada e ter seus limites reduzidos também por decreto.



B) Como a Mata Atlântica é considerada patrimônio nacional, por força do art. 225, §4º, da CRFB, apenas a União possui competência para a criação de unidades de conservação que incluam tal bioma em seus limites.

C) A criação do parque é constitucional e legal, mas, como a área está definida como Unidade de Conservação de Proteção Integral, a alteração para Área de Relevante Interesse Ecológico, que é de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com redução de limites, só pode ser feita por lei.

D) A reavaliação poderá ser feita por decreto, uma vez que a Área de Relevante Interesse Ecológico também é uma Unidade de Conservação do grupo de proteção integral.

Letra C.



Novo Código Florestal

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

As **obrigações** previstas no Código Florestal têm **natureza real e são transmitidas ao sucessor**, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural. **(Obrigação propter rem)**

(Art. 2º, § 2º, da Lei 12.651/12).



Novo Código Florestal – APP x ARL.





Tópico teórico: Novo Código Florestal – APP x ARL.

Art. 3º, II, da Lei 12.651/12

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.



- A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.
- Obs.: A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas **somente** poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.



A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em APP *somente* ocorrerá nas hipóteses previstas no Código Florestal de:

Utilidade pública

Interesse social

**Baixo impacto
ambiental**





Tópico teórico: Reserva Legal

Art. 3º, III, da Lei 12.651/12

Reserva Legal: área localizada no interior de uma **propriedade ou posse rural** com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.



Art. 12, I e II, da Lei 12.651/12

Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).



10 - (FGV– XIV - EXAME DE ORDEM - OAB)

A definição dos espaços territoriais especialmente protegidos é fundamental para a manutenção dos processos ecológicos.

Sobre o instituto da reserva legal, de acordo com o novo Código Florestal (lei n. 12.651/2012), assinale a afirmativa correta.

- a) pode ser instituído em área rural ou urbana, desde que necessário à reabilitação dos processos ecológicos.**
- b) incide apenas sobre imóveis rurais, e sua área deve ser mantida sem prejuízo da aplicação das normas sobre as áreas de preservação permanente.**



- c) foi restringida, de acordo com a lei n. 12.651/2012, às propriedades abrangidas por unidades de conservação.**
- d) incide apenas sobre imóveis públicos, consistindo em área protegida para a preservação da estabilidade geológica e da biodiversidade.**

Letra B.





11 - (FGV – XVIII EXAME DE ORDEM - OAB)

João acaba de adquirir dois imóveis, sendo um localizado em área urbana e outro, em área rural. Por ocasião da aquisição de ambos os imóveis, João foi alertado pelos alienantes de que os imóveis contemplavam áreas de preservação permanente (APP) e de que, por tal razão, ele deveria buscar uma orientação mais especializada, caso desejasse nelas intervir.



Considerando a disciplina legal das áreas de preservação permanente (APP), bem como as possíveis preocupações gerais de João, assinale a afirmativa correta.

- a) as APPs não são passíveis de intervenção e utilização, salvo decisão administrativa em sentido contrário de órgão estadual integrante do sistema nacional de meio ambiente – SISNAMA, uma vez que não há preceitos legais abstratamente prevendo exceções à sua preservação absoluta e integral.**
- b) as hipóteses legais de APP, com o advento do denominado “novo código florestal” – lei nº 12.651/2012 –, foram abolidas em âmbito federal, subsistindo apenas nos casos em que os estados e municípios assim as exijam legalmente.**



c) as APPs são espaços territoriais especialmente protegidos, comportando exceções legais para fins de intervenção, sendo certo que os estados e os municípios podem prever outras hipóteses de APP além daquelas dispostas em normas gerais, inclusive em suas constituições estaduais e leis orgânicas, sendo que a supressão irregular da vegetação nela situada gera a obrigação do proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título de promover a sua recomposição, obrigação esta de natureza *propter rem*.



d) as APPs, assim como as reservas legais, não se aplicam às áreas urbanas, sendo certo que a lei federal nº 12.651/2012 (“novo código florestal”), apesar de ter trazido significativas mudanças no seu regime, garantiu as APPs para os imóveis rurais com mais de 100 hectares.

Letra C.





12 - (FGV – V Exame de Ordem – OAB)

João adquiriu em maio de 2000 um imóvel em área rural, banhado pelo Rio Formoso. Em 2010, foi citado para responder a uma ação civil pública proposta pelo Município de Belas Veredas, que o responsabiliza civilmente por ter cometido corte raso na mata ciliar da propriedade. João alega que o desmatamento foi cometido pelo antigo proprietário da fazenda, que já praticava o plantio de milho no local. Em razão do exposto, é correto afirmar que

a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, mas, como não há nexo de causalidade entre a ação do novo proprietário e o corte raso na área, verifica-se a excludente de responsabilidade, e João não será obrigado a reparar o dano.



b) a responsabilidade civil por dano ambiental difuso prescreve em cinco anos por força da Lei 9.873/99. Logo, João não será obrigado a reparar o dano.

c) João será obrigado a recuperar a área, mas, como não poderá mais utilizá-la para o plantio do milho, terá direito a indenização, a ser paga pelo Poder Público, por força do princípio do protetor-recebedor.

d) a manutenção de área de mata ciliar é obrigação *propter rem*; sendo obrigação de conservação, é automaticamente transferida do alienante ao adquirente. Logo, João terá que reparar a área.

Letra D.



Artigo 225, da CF/88

Licenciamento Ambiental e EIA/RIMA

...incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de *significativa* degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade.



13 - (FGV - XVIII EXAME DE ORDEM - OAB)

Determinada sociedade empresarial consulta seu advogado para obter informações sobre as exigências ambientais que possam incidir em seus projetos, especialmente no que tange à apresentação e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Considerando a disciplina do EIA/RIMA pelo ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.



a) o EIA/RIMA é um estudo simplificado, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, não abordando impactos aos meios artificial e cultural, pois esses componentes, segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, não integram o conceito de “meio ambiente”.

b) o EIA/RIMA é exigido em todas as atividades e empreendimentos que possam causar impactos ambientais, devendo ser aprovado previamente à concessão da denominada licença ambiental prévia.



c) o EIA/RIMA, além de ser aprovado entre as licenças ambientais prévia e de instalação, tem a sua metodologia e o seu conteúdo regradados exclusivamente por resoluções do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA), podendo a entidade / o órgão ambiental licenciador dispensá-lo segundo critérios discricionários e independentemente de fundamentação, ainda que a atividade esteja prevista em resolução CONAMA como passível de EIA/RIMA.

d) o EIA-RIMA é um instrumento de avaliação de impactos ambientais, de natureza preventiva, exigido para atividades/empreendimentos não só efetiva como potencialmente capazes de causar significativa degradação, sendo certo que a sua publicidade é uma imposição constitucional (CRFB/1988).

Letra D.



14 - (FGV – XXI Exame de Ordem – 2016)

A sociedade empresária Xique-Xique S.A. pretende instalar uma unidade industrial metalúrgica de grande porte em uma determinada cidade. Ela possui outras unidades industriais do mesmo porte em outras localidades. Sobre o licenciamento ambiental dessa iniciativa, assinale a afirmativa correta.

A) Como a sociedade empresária já possui outras unidades industriais do mesmo porte e da mesma natureza, não será necessário outro licenciamento ambiental para a nova atividade utilizadora de recursos ambientais, se efetiva ou potencialmente poluidora.

B) Para uma nova atividade industrial utilizadora de recursos ambientais, se efetiva ou potencialmente poluidora, é necessária a obtenção da licença ambiental, por meio do procedimento administrativo denominado licenciamento ambiental.



C) Se a sociedade empresária já possui outras unidades industriais do mesmo porte, poderá ser exigido outro licenciamento ambiental para a nova atividade utilizadora de recursos ambientais, se efetiva ou potencialmente poluidora, mas será dispensada a realização de qualquer estudo ambiental, inclusive o de impacto ambiental, no processo de licenciamento.

D) A sociedade empresária só necessitará do alvará da prefeitura municipal autorizando seu funcionamento, sendo incabível a exigência de licenciamento ambiental para atividades de metalurgia.

Letra B.



15 - (FGV - XXII Exame de Ordem – 2017)

A sociedade empresária Asfalto Joia S/A, vencedora de licitação realizada pela União, irá construir uma rodovia com quatro pistas de rolamento, ligando cinco estados da Federação. Sobre o licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental dessa obra, assinale a afirmativa correta.

- a) Em caso de instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, é exigível a realização de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), sem o qual não é possível se licenciar nesta hipótese.
- b) O licenciamento ambiental dessa obra é facultativo, podendo ser realizado com outros estudos ambientais diferentes do Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), visto que ela se realiza em mais de uma unidade da Federação.
- c) O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), gerado no âmbito do Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), deve ser apresentado com rigor científico e linguagem técnica, a fim de permitir, quando da sua divulgação, a informação adequada para o público externo.
- d) Qualquer atividade ou obra, para ser instalada, dependerá da realização de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), ainda que não seja potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.

Letra A.



16 – (FGV - XIV Exame de Ordem - OAB)

Kellen, empreendedora individual, obtém, junto ao órgão municipal, licença de instalação de uma fábrica de calçados.

A respeito da hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a) A licença não é válida, uma vez que os municípios têm competência para a análise de estudos de impacto ambiental, mas não para a concessão de licença ambiental.**
- b) Com a licença de instalação obtida, a fábrica de calçados poderá iniciar suas atividades de produção, gerando direito adquirido pelo prazo mencionado na licença expedida pelo município.**
- c) A licença é válida, porém não há impedimento que um Estado e a União expeçam licenças relativas ao mesmo empreendimento, caso entendam que haja impacto de âmbito regional e nacional, respectivamente.**
- d) Para o início da produção de calçados, é imprescindível a obtenção de licença de operação, sendo concedida após a verificação do cumprimento dos requisitos previstos nas licenças anteriores.**

Letra D.



17 - (FGV – XI EXAME DE ORDEM - OAB)

Técnicos do IBAMA, autarquia federal, verificaram que determinada unidade industrial, licenciada pelo Estado no qual está localizada, está causando degradação ambiental significativa, vindo a lavrar auto de infração pelos danos cometidos.

Sobre o caso apresentado e aplicando as regras de licenciamento e fiscalização ambiental previstas na Lei Complementar n. 140/2011, assinale a afirmativa correta.

- a) Há irregularidade no licenciamento ambiental, uma vez que em se tratando de atividade que cause degradação ambiental significativa, o mesmo deveria ser realizado pela União.**
- b) É ilegal a fiscalização realizada pelo IBAMA, que só pode exercer poder de polícia de atividades licenciadas pela União, em sendo a atividade regularmente licenciada pelo Estado.**
- c) É possível a fiscalização do IBAMA o qual pode, inclusive, lavrar auto de infração, que, porém, não prevalecerá caso o órgão estadual de fiscalização também lavre auto de infração.**
- d) Cabe somente à União, no exercício da competência de fiscalização, adotar medidas para evitar danos ambientais iminentes, comunicando imediatamente ao órgão competente, em sendo a atividade licenciada pelo Estado.**

Letra C.



18 - (FGV – XI - Exame de Ordem - OAB)

Em determinado Estado da federação é proposta emenda à Constituição, no sentido de submeter todos os Relatório de Impacto Ambiental à comissão permanente da Assembleia Legislativa.

Com relação ao caso proposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Os Relatórios e os Estudos de Impacto Ambiental são realizados exclusivamente pela União, de modo que a Assembleia Legislativa não é competente para analisar os Relatórios.**
- b) A análise e a aprovação de atividade potencialmente causadora de risco ambiental são consubstanciadas no poder de polícia, não sendo possível a análise do Relatório de Impacto Ambiental pelo Poder Legislativo.**
- c) A emenda é constitucional, desde que de iniciativa parlamentar, uma vez que incumbe ao Poder Legislativo a direção superior da Administração Pública, incluindo a análise e a aprovação de atividades potencialmente poluidoras.**
- d) A emenda é constitucional, desde que seja de iniciativa do Governador do Estado, que detém competência privativa para iniciativa de emendas sobre organização administrativa, judiciária, tributária e ambiental do Estado.**

Letra B.



Artigo 225, da CF/88

Responsabilidade Ambiental

Art. 225, § 3º, CF/88 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, a **sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados**



Em 2013, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** reconheceu a possibilidade de se processar penalmente uma pessoa jurídica, mesmo não havendo ação penal em curso contra pessoa física com relação ao crime. De acordo com o STF, é admissível a condenação de pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, ainda que absolvidas as pessoas físicas ocupantes de cargo de presidência ou de direção do órgão responsável pela prática criminosa.

Conforme orientação do STF, o art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.



O **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** reiterou o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Constituição (art. 225, § 3.º) não exige a necessidade de dupla imputação das pessoas natural e jurídica nos crimes ambientais.

Diante dessa interpretação, o STJ modificou sua anterior orientação, de modo a entender que é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome.

Dessa forma, é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome.



19 - (FGV - XXII Exame de Ordem – OAB – 2017)

Tendo em vista a infestação de percevejo-castanho-da-raiz, praga que causa imensos danos à sua lavoura de soja, Nelson, produtor rural, desenvolveu e produziu de forma artesanal, em sua fazenda, agrotóxico que combate a aludida praga. Mesmo sem registro formal, Nelson continuou a usar o produto por meses, o que ocasionou grave intoxicação em Beto, lavrador da fazenda, que trabalhava sem qualquer equipamento de proteção.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há qualquer responsabilidade de Nelson, que não produziu o agrotóxico de forma comercial, mas para uso próprio.
- b) Nelson somente responde civilmente pelos danos causados, pelo não fornecimento de equipamentos de proteção a Beto.



- c) Nelson responde civil e criminalmente pelos danos causados, ainda que não tenha produzido o agrotóxico com finalidade comercial.**
- d) Nelson somente responde administrativamente perante o Poder Público pela utilização de agrotóxico sem registro formal.**

Letra C.





Artigo 225, da CF/88

Patrimônio Nacional

Art. 225, § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.



Como foi cobrado no Exame?

20 - (FGV - XII EXAME DE ORDEM – OAB - adaptada)

Os ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Matogrossense e Zona Costeira são considerados patrimônio nacional, devendo a lei infraconstitucional disciplinar as condições de utilização e de uso dos recursos naturais, de modo a garantir a preservação do meio ambiente. (Certo)

21 - (FGV - XII EXAME DE ORDEM – OAB - adaptada)

Os ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Matogrossense e Zona Costeira são considerados bens públicos, pertencentes à união, devendo a lei infraconstitucional disciplinar suas condições de utilização, o uso dos recursos naturais e as formas de preservação. (Errado)



VAQUEJADA

Art. 225, § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)



22 - (FGV – XX Exame de Ordem – OAB - Reaplicação Salvador/BA)

Luiz Periquito, famoso colecionador de pássaros, é surpreendido pela autoridade ambiental municipal em sua propriedade, a qual lavra auto de infração tendo em vista a posse de animais silvestres sem autorização legal, objeto de caça, bem como indícios de maus tratos aos animais.

Sobre o caso e tendo em vista a proteção à fauna no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A atuação da autoridade municipal é inválida, já que a competência legislativa e material para tratar sobre caça, pesca e fauna é exclusiva da União Federal.



b) O auto de infração está irregular, uma vez que a fauna não foi objeto de tutela constitucional e a Lei nº 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna) não disciplina especificamente o tema de caça e maus tratos.

c) O auto de infração está correto, uma vez que a Constituição de 1988 veda qualquer forma de caça no território brasileiro, seja esportiva ou caça de controle.

d) A conduta de Luiz Periquito está em desconformidade com a Constituição de 1988, já que há expressa vedação constitucional às práticas que submetam os animais à crueldade, na forma da lei.

Letra D.



Dica final para revisão antes do Exame

Leiam o artigo 225 da CF/88!!!





Questão do sorteio:

De acordo com o SNUC, assinale a opção que apresenta uma unidade de conservação de uso sustentável:

A – Área de Proteção Ambiental (APA);

B - Estação Ecológica;

C - Parque Nacional;

D - Monumento Natural.

Letra A.





Muito obrigado!
Agora vá lá e faça um
excelente Exame!!!

